

**IMPRESSOS PARA USO
EM ESCOLAS MISSIONÁRIAS:
O CASO DE UMA PROFESSORA BRASILEIRA
EM MISSÃO PROTESTANTE NA ANGOLA PORTUGUESA**

*Michele de Barcelos Agostinho**

O uso de impressos pelos cristãos protestantes é uma prática que remonta aos tempos da Reforma. A invenção da imprensa, a tradução da Bíblia para línguas vernáculas e a valorização dada ao indivíduo na livre interpretação dos textos sagrados permitiram a maior circulação do livro cristão e o acesso a sua leitura. Desde então, a produção editorial protestante tomou grande vulto e, nos últimos anos, têm se tornado crescentes os estudos que analisam sua importância histórica.¹

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre algumas publicações que circularam nas escolas missionárias situadas no planalto central de Angola nos anos de 1920 e 1930.² A personagem que motiva este trabalho é Celenia Pires Ferreira, pernambucana, professora em Campina

* Doutoranda em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <michelebarcelos@mn.ufrj.br>

¹ J. A. Afonso, I. B. Oliveira, M. I. Stamatto e S. Silva, “Educação e cultura protestante na transição do século XIX: circulação de impressos e diálogos luso-brasileiros”, *Revista Educação Pública*, v. 21, n. 47 (2012), pp. 599-618; E. F. Nascimento, “Brasil e Portugal: circulação de impressos protestantes”, in *Anais do VII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania* (Porto: Universidade do Porto, 2008), pp. 3-14; Antonio Manuel S. P. Silva, “A Reforma: o primeiro jornal evangélico português”, *Revista de Portugal*, n. 2 (2005), pp. 269-82; Sandra C. da Silva, “Guiando almas femininas: a educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890-1930)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013); Micheline R. de Vasconcelos, “As Boas Novas pela palavra impressa: impressos e imprensa protestante no Brasil, 1837-1930” (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010).

² Agradeço à professora Dra. Mariza de Carvalho Soares pela leitura crítica do texto. Agradeço igualmente ao professor Dr. Josemir Camilo de Melo e a Vivian Galdino de Andrade pela colaboração na pesquisa.

Grande, Paraíba, e missionária da Igreja Congregacional, que, em 1929, deixou o Brasil e foi para a África. Permaneceu em Angola até 1934, tendo, depois, visitado também a Nigéria. Em 1936, retornou ao Brasil e doou ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, então dirigido por Edgar Roquette-Pinto, uma coleção de objetos etnográficos, coletados durante sua estadia em solo africano.

Quarenta e quatro objetos compõem a coleção, a maioria de uso feminino, tais como colares, pentes, pulseiras e grampos de enfeite, e de uso doméstico, como colheres e cestos, todos coletados entre 1932 e 1935, além de três livros de uso pedagógico. São esses objetos que nos permitem conhecer parte de sua trajetória. No livro de registro do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, dispõe-se da descrição de cada peça, da data da coleta e de sua origem geográfica e etnolinguística.³ Pode-se, a partir daí, identificar os caminhos percorridos pela professora e, conseqüentemente, refletir sobre a colaboração de agentes brasileiros com o colonialismo português em Angola.

Entre 1932 e 1935, Celenia Pires recolheu objetos de Humpata, situada na província de Huila, e de Camundongo e de Muassamba, situadas na província do Bié. Por fim, em 1935, alguns objetos foram também adquiridos em Lagos, Nigéria. Mas, antes mesmo de 1932, ela já se encontrava em Angola.

A missionária brasileira escreveu cartas aos estudantes do Instituto Pedagógico (IP), escola em que lecionou antes de atravessar o Atlântico. As missivas foram publicadas no jornal *Evolução*, periódico daquela instituição, o que nos permitiu constatar que, em 1929, ela já atuava nas escolas missionárias do planalto central. A partir das cartas, também foi possível extrair importantes informações sobre a Angola portuguesa e sobre a própria remetente.⁴

³ Alguns dos objetos de sua coleção encontram-se na exposição de longa duração *Kumbukumbu: África, memória e patrimônio* do Museu Nacional/UFRJ. Na condição de historiadora e de técnica em assuntos educacionais do Setor de Etnologia/Departamento de Antropologia do Museu Nacional, participei da equipe de pesquisa dessa exposição, o que motivou meu interesse pelo tema.

⁴ Essas cartas são analisadas por Mariza de Carvalho Soares e Michele de Barcelos Agostinho, “A Coleção Ovimbundu do Museu Nacional, Angola 1929-1934”, *Mana*, v. 22, n. 2 (2016), pp. 493-518. Trata-se de um trabalho inicial e inédito, derivado do Projeto “Sala África: novos usos para a coleção de objetos africanos do Museu Nacional”, coordenado pelo professor Dr. João Pacheco de Oliveira.

Celenia Pires Ferreira era professora de língua portuguesa e inglesa. Lecionou durante cerca de cinco anos no Grupo Escolar Solon de Lucena, primeiro grupo estadual de Campina Grande, criado em 1924, e, posteriormente, na Escola Comercial anexa ao Instituto Pedagógico Campinense, também na Paraíba. O Instituto Pedagógico de Campina Grande era uma instituição privada com destaque no cenário educacional paraibano por apresentar um modelo de educação dito moderno. Fundado em 1919 pelo militar evangélico Alfredo Dantas,⁵ com oferta do curso primário e secundário, o IP passou a oferecer os cursos normal e comercial a partir de 1928.

Na época, as discussões a respeito de uma educação moderna estavam pautadas na articulação com o discurso médico, no qual higiene, saúde e educação deveriam estar integrados, a fim promover o progresso. O movimento da Escola Nova também serviu para alimentar o debate acerca do estabelecimento de uma educação moderna. Buscando estar alinhado a essa modernidade pedagógica, o Instituto Pedagógico apresentava como valores a disciplina e o nacionalismo, associados às práticas higienistas e de controle do corpo.⁶

Celenia Pires deixou o trabalho que exercia no renomado educandário para dedicar-se à educação e à conversão de africanos, participando, assim, diretamente, do projeto civilizatório ligado ao colonialismo português e, principalmente, à expansão do universalismo cristão. Atuou, inicialmente, no Instituto Currie, que estava sob os cuidados da missão evangélica da Igreja Congregacional estabelecida no Dondi (atual Huambo) e, depois, foi para Camundongo (hoje Kuito) também para ocupar-se da instrução dos nativos. Sua área de atuação corresponde ao planalto central de Angola, região habitada pelos ovimbundos e ocupada pelos missionários congregacionais.

⁵ Alfredo Dantas Correia de Góis nasceu em 1870 na cidade de Teixeira, no sertão da Paraíba. Viveu sua infância na capital do estado, João Pessoa, e, posteriormente, foi morar em Fortaleza, lugar no qual ingressou para o Tiro de Guerra, reformando-se como primeiro-tenente. Anos depois, voltou à Paraíba, fixando residência na cidade de Campina Grande. Ver Paloma Porto Silva, “(Des)alinhando alguns fios da modernidade pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB., 1919-1945” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 2010).

⁶ Vivian Galdino de Andrade, “A compreensão de uma modernidade pedagógica através do Instituto Pedagógico Campinense. 1919-1950”, in *Anais Eletrônicos do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil* (João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012), pp. 2326-41.

A ocupação do território angolense por protestantes ocorreu do seguinte modo: os batistas atuaram no norte, os metodistas em Luanda e os congregacionais no planalto central. Segundo o cientista político Didier Péclard, a ocupação territorial dos protestantes levou em consideração a fragmentação geográfica, social e étnica de Angola.⁷ A Conferência de Berlim, realizada em 1884 e 1885, além de ter estabelecido os limites coloniais e organizado sua ocupação pelas potências europeias, que, como se sabe, há tempos exploravam o continente africano, autorizou, igualmente, a entrada de missionários de diferentes denominações protestantes nas colônias. Embora não se possa atribuir apenas às determinações da Conferência o desenrolar do complexo e diversificado processo da dominação colonial, não resta dúvida de que “seus desdobramentos afetaram diretamente o destino das igrejas cristãs em Angola”.⁸

Portugal, como membro participante da Conferência, aceitou as decisões ali tomadas, comprometendo-se a apoiar as missões. Contudo, a Igreja Católica era a Igreja do Estado, e os cristãos protestantes eram vistos com desconfiança pelas autoridades lusitanas, visto que o trabalho dos missionários católicos era considerado eficaz no aportuguesamento dos africanos, ao passo que os protestantes eram acusados de promover a cultura local,⁹ assunto que trataremos adiante.

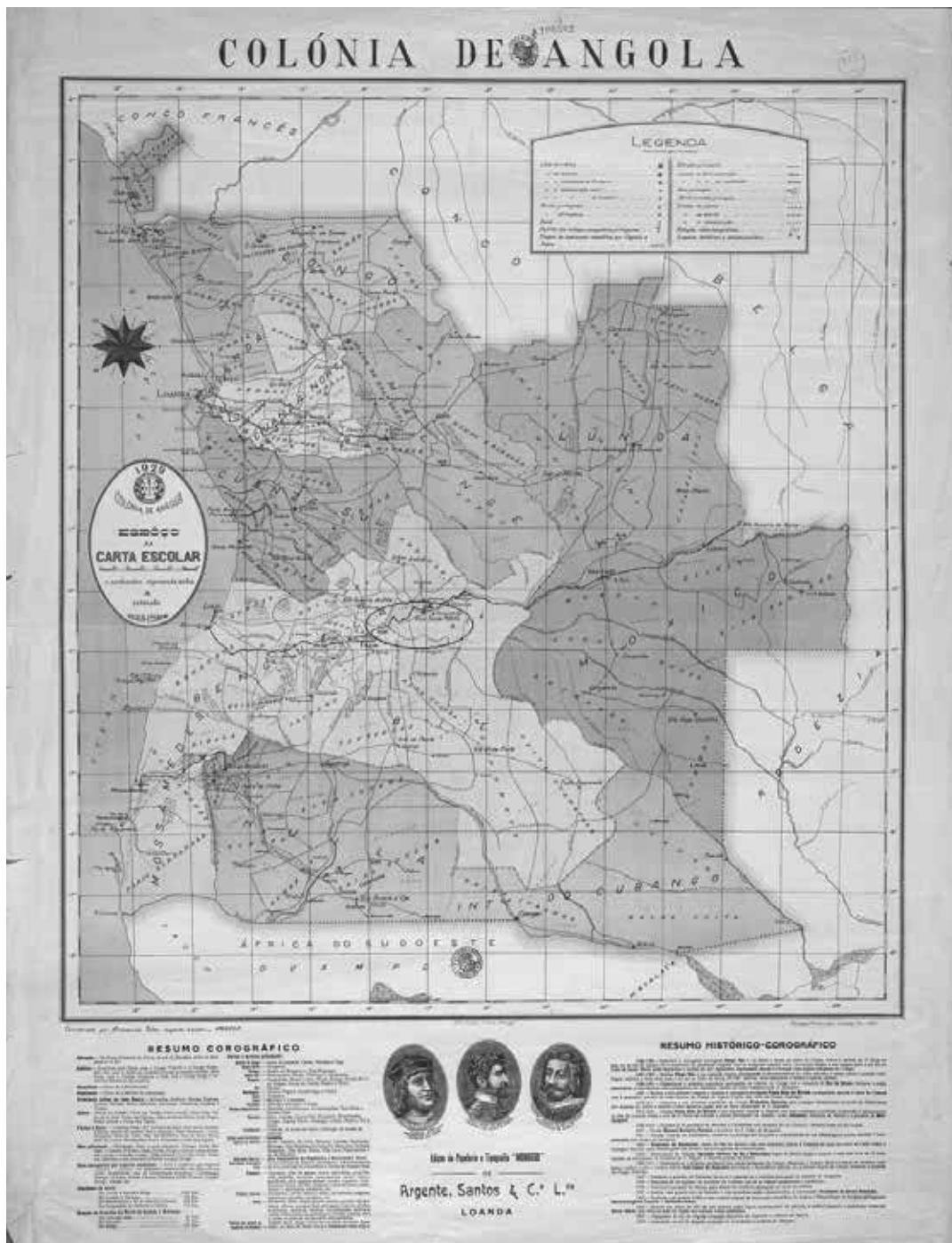
Nos anos de 1920, a atuação dos missionários passou a estar sob o controle do governo português (ou, pelo menos, o governo desejou que estivesse). O Decreto nº 77, de 1921, criado pelo então governador de Angola, o general Norton de Matos, estabeleceu que era dever das missões zelar pela melhoria das condições de vida e pelo aperfeiçoamento das capacidades dos nativos. Com o fim de neles inculcar os valores da cultura europeia, aportuguesando-os, o Decreto ainda instituiu que

[...] só na catequese se poderia falar a língua local. Os escritos tinham de ser em português, excetuando-se os escritos religiosos, onde se podia fazer uma edição bilíngue. O Estado prometia contribuições financeiras aos professores europeus que ensinassem bem o português. As atividades das

⁷ Didier Péclard, “Religion and Politics in Angola: The Church, the Colonial State and the Emergence of Angolan Nationalism (1940-1961)”, *Journal of Religion in Africa*, v. 28, n. 2 (1998), p. 172.

⁸ Soares e Agostinho, “A Coleção Ovimbundu do Museu Nacional”, p. 496.

⁹ Tony Neves, “As igrejas e o nacionalismo em Angola”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, v. 6, n. 13-14 (2007), p. 513.



Mapa de Angola, 1929. Em destaque, Dondi e Camundongo.

Fonte: Colônia de Angola: esboço da carta escolar/ coord. Por Armando Teles, inspetor escolar; Henrique Moreira, des.; V. Simões, lith. – Escala 1:2500000. Luanda: Papelaria e Tipografia Mondego, 1929.

Missões eram vigiadas para ver se o efeito ‘civilizador’ não era posto em causa. Caso contrário, o governo ameaçava com a extinção e a proibição.¹⁰

Os missionários congregacionais, cuja atuação se concentrou no planalto central, formaram um dos núcleos protestantes mais representativos de Angola. Sua chegada naquela região data dos anos oitenta do século XIX. Segundo José Júlio Gonçalves, primeiro-assistente da Missão para o Estudo da Missionologia Africana,

[...] em 1886, aparecem os primeiros missionários enviados pela Igreja Congregacionista, do Canadá, que mais tarde vêm a fundar a célebre Missão do Dondi e a estabelecer uma sólida colaboração com a Junta Missionária Metodista Americana.¹¹

Contudo, a presença protestante em Angola é visível já em fins dos anos de 1870, quando missionários batistas chegaram ao norte do país,¹² indo em direção ao centro, local em que se encontram grandes planaltos. John Baur destacou a atuação dos missionários da Junta Americana de Comissionários para as Missões Estrangeiras que, em 1882, atingiram o Bié. A grande relevância dessa missão foi, segundo ele, a produção do Novo Testamento em umbundo, a língua falada pelos ovimbundos.¹³

A Junta Americana de Comissionários para as Missões Estrangeiras ou, simplesmente, Junta Americana, congregava missionários não só canadenses, mas também norte-americanos. Criada em 1810, nos Estados Unidos, foi a primeira agência de missões internacionais do país, tendo surgido da cooperação entre presbiterianos e congregacionais, tornando-se, inicialmente, uma agência interdenominacional e passando, posteriormente, para a gestão da Igreja Congregacional. A referida Junta enviou missionários não só para a África, mas também para a América do Sul.

No Brasil, o missionário enviado pela Junta, Ashbel G. Simonton, fundou a Igreja Presbiteriana no ano de 1859, no Rio de Janeiro, e no

¹⁰ Neves, “As igrejas e o nacionalismo”, p. 513.

¹¹ José Júlio Gonçalves, *Protestantismo em África. Contribuição para o estudo do protestantismo na África portuguesa*, Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1960, v. 2, p. 29.

¹² Neves, “As igrejas e o nacionalismo”, p. 515.

¹³ John Baur, *2000 Anos de cristianismo em África. Uma história da igreja africana*, Lisboa; Luanda; Maputo: Paulinas, 1994, p. 228 apud Neves, “As igrejas e o nacionalismo”, p. 515.

ano de 1863, em São Paulo. Já a Igreja Congregacional foi criada em 1855, no Rio de Janeiro, pelo casal inglês Robert Reid Kalley, pastor e médico, e Sarah Pouthon Kalley. Ambos também fundaram, em 1873, a Igreja Evangélica Pernambucana;¹⁴ de lá, novos missionários se dirigiram à Paraíba e criaram, em 1920, a primeira Igreja Congregacional de Campina Grande.¹⁵

Assumiu, então, a Igreja da Paraíba o reverendo James Haldene e, dois anos depois, em 1922, o missionário Herry G. Briault, que ali permaneceu até 1927. Durante esses sete anos, a Igreja passou dos 30 membros e 60 alunos da Escola Dominical, existentes em 1920, para 90 membros e 150 alunos da Escola Dominical em 1927.¹⁶ Nesses anos, Celenia Pires já era moradora da cidade de Campina Grande e seguidora da Igreja Congregacional, e o contato com essas lideranças, teria, provavelmente, favorecido sua inserção na rede internacional de missões.¹⁷

É interessante notar-se que, dentre esses missionários oriundos do hemisfério norte, portadores de uma cultura dita superior e destinados a expandir o cristianismo e a civilização no hemisfério sul, uma personagem do agreste paraibano tenha colaborado no processo de “evolução” dos povos africanos. Apresentamos algumas razões que podem explicar esse fato.

Primeiro, o domínio da língua portuguesa certamente favoreceu sua participação na missão protestante; como professora, ela estava habilitada a ensinar a língua, principalmente numa época em que Portugal desejava suprimir as línguas nativas da colônia em prol da expansão da língua portuguesa. Além disso, sua origem brasileira pode ter favorecido sua aceitação na missão em território colonial; afinal, ela era branca,

¹⁴ João Marcos Leitão Santos, “A ordem social em crise. A inserção do protestantismo em Pernambuco” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2008).

¹⁵ Cleofas L. A. de Freitas Junior, “Memórias de mulheres idosas congregacionais em Campina Grande: obediências e transgressões (1927-1960)”, *Veredas da História*, v. 4, n. 2 (2011), p. 50.

¹⁶ Cleofas L. A. de Freitas Junior, “A inserção do discurso protestante em Campina Grande. 1901-1930”, in *Anais do XIII Encontro Estadual de História: História e Historiografia, entre o nacional e o regional* (Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2008), p. 6.

¹⁷ Sarah Kalley, ao lado de James Fanstone, criou, em 1891, a agência *Help For Brazil*, a qual enviou alguns missionários para Pernambuco. Em 1911, a *Help For Brazil* juntou-se a outras agências missionárias, dando origem à União Evangélica Sul-Americana, que também enviou missionários para o Nordeste brasileiro, inclusive para a Paraíba. Ver <<http://www.historiade-boaviagem.com.br/rev-paulo-moody-davidson>>, acessado em 15/07/2014.

instruída e cristã, seguramente um bom exemplo da herança portuguesa advinda da colonização do Brasil. E, por fim, a causa defendida pelos missionários ultrapassava as questões nacionais, já que os objetivos maiores eram a conversão dos ditos pagãos ao cristianismo e a expansão da fé.

Em 1929, quando a professora missionária chegou a Angola, estava em vigor o Estatuto do Indigenato, que estabelecia a segregação social nas colônias portuguesas e assegurava a política de *assimilação*, que consistia em educar e *civilizar os indígenas* para, assim, torná-los capazes de exercer a cidadania portuguesa. Por *civilizar* entende-se a ação dos portugueses — que se consideravam historicamente bem-sucedidos em experiências coloniais anteriores e que se percebiam portadores de uma cultura moral e materialmente superior — sobre os africanos — tidos como inferiores e incapazes de se autogovernar —, visando à promoção do “progresso” daqueles que consideravam como pertencentes a uma cultura primitiva.¹⁸

O Estatuto do Indigenato também criava a categoria legal subalterna de *indígena*, definida, subjetivamente, como “indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e são indígenas os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições.”¹⁹

Diferentemente do *indígena*, o *assimilado* era aquele que, sob a tutela do colonizador, teria adquirido as práticas e hábitos da cultura portuguesa. Para a antropóloga Maria Paula G. Meneses, o Estatuto do Indigenato defendeu a inferioridade jurídica do *indígena* e consagrou sua condição de não cidadão. Na prática, apenas um número insignificante de *indígenas* africanos adquiriu o *status* de *assimilado*.²⁰ Segundo a historiadora Maria da Conceição Neto, apesar de o sistema de indigenato ter legalizado a discriminação racial, na medida em que conferiu cidadania portuguesa apenas aos brancos, e de ter submetido quase toda a população a um estatuto jurídico que lhe travava a mobilidade social, paradoxalmente, as transformações econômicas e a difusão da educação cristã a

¹⁸ Maria Paula G. Meneses, “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, *E-Cadernos CES*, n. 7 (2010).

¹⁹ Art. 2º. do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colônias Portuguesas de África*, aprovado pelo Decreto nº 16.473, de 6 de fevereiro de 1929.

²⁰ Meneses, “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’”, pp. 68-93.

impulsionavam,²¹ pois a educação era um fator decisivo de mobilidade social e, por conseguinte, o ensino ofertado nas escolas missionárias veio a ser uma oportunidade de ascensão no contexto colonial.²²

Celenia Pires Ferreira atuou junto aos ovimbundos, maior grupo étnico de Angola, cuja identidade foi formada a partir de fins do século XIX. Segundo a historiadora Mariana Cândido, a atuação de antropólogos na identificação de similaridades entre práticas e hábitos culturais de grupos étnicos menores e historicamente rivais contribuiu para a construção da identidade dos ovimbundos:

Grupos que tinham vivido em conflito por décadas ou séculos foram unificados de acordo com suas línguas, costumes, práticas matrimoniais [...]. A identidade, antes associada à liderança política, foi superposta ao território, à língua ou ao estilo de vida.²³

Do mesmo modo, Didier Péclard destacou a sistematização de saberes como fundamental na classificação dos povos dos territórios coloniais e na construção de imaginários políticos:

O controle político dos indígenas exigia que a complexidade de sua sociedade fosse reduzida a um sistema “erudito” de classificação taxonômica [...]. Ao fazê-lo, o Estado colonial contribuiu para a reinvenção e para a cristalização de configurações identitárias próprias das sociedades em que ele buscou consolidar seu poder. (tradução nossa).²⁴

Nesse sentido, o papel dos missionários cristãos foi crucial, na medida em que foram responsáveis, muitas vezes, pela produção de conhecimentos linguísticos e etnográficos sobre os nativos. Para Péclard, deve-se aos protestantes e àqueles ligados às missões a antropologia do planalto central, e, sobretudo, a dos ovimbundos, principalmente porque

²¹ Maria da Conceição Neto, “A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o indigenato”, *Ler História*, n. 59 (2010), pp. 205-25.

²² Maria da Conceição Neto, “Entre tradição e modernidade: os ovimbundu do planalto central à luz da história”, *Ngola, Revista de Estudos Sociais*, v. 1, n. 1 (1997), pp. 193-215.

²³ Mariana P. Candido, *An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and its Hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 322.

²⁴ “Le contrôle politique des ‘indigènes’ exigeait que la complexité de leur société soit réduite à un ‘savant’ système de classification taxinomique [...]. Ce faisant, l’État colonial a largement contribué à la réinvention et à la cristallisation des configurations identitaires propres aux sociétés sur lesquelles il a cherché à asseoir son pouvoir”, *Genèses*, n. 45 (2001), p. 115.

“existe um conhecimento etnográfico missionário muito antes do conhecimento colonial” (tradução nossa).²⁵ O autor afirma que foram os missionários congregacionais os primeiros a transcrever a língua umbundo e que a estação missionária do Dondi foi uma das mais importantes na difusão, em larga escala, dessa língua. E acrescenta: “não há dúvida de que as missões protestantes são um dos lugares onde se inventa a etnia umbundo no século XX” (tradução nossa).²⁶

Inicialmente, a professora brasileira se estabeleceu no Dondi, trabalhando no Instituto Currie, e, depois, foi para Camundongo. De acordo com Gonçalves, a missão de Camundongo, fundada em 1884, era a mais antiga do Bié e ali “exerceu durante muitos anos grande influência.”²⁷ Por sua vez, a missão do Dondi, fundada em 1914, graças à sua ampla estrutura, tornou-se um dos maiores centros irradiadores do protestantismo em Angola, ao lado da estação missionária de Chissamba. Os vultosos recursos financeiros provenientes dos Estados Unidos permitiram-lhe a construção de hospital, igreja, escolas, tipografia e muitas outras — além da instalação de luz e água privativos. E são as escolas e a tipografia que nos interessam mais de perto.

Havia, na missão do Dondi, o Instituto Currie e a Escola Means, o primeiro destinado a meninos, e a segunda, a meninas²⁸ e, também, uma tipografia. Aliás, existiam tipografias em outras estações missionárias de Angola, como na Missão Batista de São Salvador e na Missão Adventista do Bongo.²⁹ Como dito inicialmente, a coleção doada pela missionária brasileira ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1936, reúne, além de objetos de uso dos ovimbundos, três publicações utilizadas nas escolas missionárias, que nos permitem saber que a tipografia do Dondi chamava-se Sarah H. Bates, tipografia que também existia na missão de Camundongo. Não sabemos se as duas funcionaram concomitantemente. Duas das publicações foram impressas nessa tipografia missionária, e a

²⁵ “[...] il existe un savoir ethnographique missionnaire bien avant le savoir colonial.” Péclard, “Savoir colonial”, p. 128.

²⁶ “[...] il ne fait pas de doute que les missions protestantes sont un des lieux où s’invente l’ethnie umbundu au XXe siècle.” Péclard, “Savoir colonial”, p. 129.

²⁷ Gonçalves, *Protestantismo em África*, p. 66.

²⁸ Soares e Agostinho, “A Coleção Ovimbundu do Museu Nacional”, p. 496.

²⁹ Gonçalves, *Protestantismo em África*.



Professora Celenia Pires, aque está afastada do Grupo, M^{tes} Huver, a branca, professores indigenas-Camundongo, Angóla, África Portuguesa.

Professora Celenia Pires Ferreira, à esquerda, e Miss Huver junto ao grupo de professores indígenas de Camundongo, Bié, Angola, 1932.

Fonte: Evolução na África. *Revista Evolução*. Tipografia Cantuaria, ano I, n. 5 (1932), p.15.

Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida - Universidade Estadual da Paraíba.

outra, em Londres. Todas carregam na folha de rosto a assinatura de sua doadora. Analisaremos aqui uma a uma.

A primeira delas, por ordem de impressão, é o livro *Viovusenge*, publicado em 1916 na língua umbundo pela tipografia Sarah H. Bates,³⁰ de Camundongo, de autoria de Mabel W. Stokey. Obtivemos poucas informações a respeito da autora; seu nome consta na relação de missionários enviados a Angola, publicada, em 1914, pela Woman's Board of

³⁰ O nome dado à tipografia homenageava Sarah H. Bates (1832-1884), que era norte-americana e casada com o advogado e político Allen Colle Bates, liderança na cidade de Janesville, Estado de Wisconsin. O casal era metodista e reconhecido pela ajuda aos pobres. Ver <<http://archiver.rootsweb.ancestry.com/th/read/WIROCK/2002-07/1027704818>>, acessado em 20/07/2014.

Missions,³¹ ou Conselho da Mulher de Missões. Criada em 1868, essa agência missionária era uma organização dos congregacionais associada à já mencionada Junta Americana, destinada a incentivar e a apoiar as mulheres missionárias.³² É possível que Celenia Pires assim como Mabel W. Stokey tenham recebido apoio do referido conselho.

Publicado antes do decreto de 1921, que fora assinado por Norton de Mattos e que proibia a edição de impressos em língua local, salvo aqueles usados na catequese, como mencionado anteriormente, o referido livro, cujo título significa “coisa da mata”, apresenta o texto apenas em umbundo. Nele, há descrições de animais, de sua importância e de seus riscos para o homem e, também, histórias de personagens que se aventuraram na floresta. Ao que parece, seria um registro de relatos orais.³³

Logo na primeira parte do livro *Viovusenge*, a autora trata dos leões, do seu aspecto físico, do uso que o homem fez dele ao longo da história — utilizado na Antiguidade para devorar inimigos, tanto em Israel quanto em Roma — e de como David Livingstone escapou do ataque de um deles. Nas páginas seguintes, ocupa-se das abelhas, descrevendo-as e ressaltando a experiência de Francis Huber com esses animais. Interessante é que tanto Livingstone quanto Huber são figuras do século XIX. O britânico Livingstone foi um dos missionários pioneiros na exploração do interior da África, que, tendo iniciado o trabalho missionário em 1841, percorreu, durante cerca de 15 anos, uma vasta área do continente africano. O suíço Huber foi um naturalista que, apesar de sofrer de cegueira, fez um importante estudo sobre o mel das abelhas, publicado no início do século XIX. Segundo a autora de *Viovusenge*,

Desde a sua infância [Huber] gostava tanto conhecer todas as coisas da mata e não desistiu depois de se tornar cego. A sua esposa e os filhos o ajudaram por contar repetidas vezes o que eles viam. Huber apreendeu

³¹ *Woman's Board of Missions. Life and Light for Woman*. Boston: Frank Wood Printer, 1914, v. 44, <https://archive.org/stream/lifelightforwoma44woma/lifelightforwoma44woma_djvu.txt>, acessado em 18/07/2014.

³² Ver <http://library.columbia.edu/content/dam/libraryweb/locations/burke/fa/mrl/ldpd_4492681.pdf>, acessado em 25/07/2014.

³³ Agradeço ao professor Dr. Marcelo Bittencourt e a Garcia Neves Quitari pelo contato com o tradutor da língua umbundo, Ernesto Canganjo Isidro, a quem presto um agradecimento especial pela tradução de parte do livro.

tudo e depois escreveu um livro que fala sobre as abelhas. Existem vários tipos de abelhas e estão divididos em classe.³⁴

Sobre Livingstone, disse Stokey que

O doutor [Livingstone] se aproximou cautelosamente e depois disparou contra o leão, mas não o suficiente para morrer e quando tentava carregar de novo a caçadeira, o leão saltou-lhe e lhe atacou nos ombros e lhe atirou no chão e depois lhe mordeu. [...] Deste este momento o doutor ficou sem um dos braços. Quando voltou para a Inglaterra muitos duvidavam que era ele [...].³⁵

Ao que parece, a autora Mabel W. Stokey preocupou-se em registrar, além de informações sobre a fauna africana, relatos sobre prodígios de europeus frente aos desafios da natureza. Não nos foi possível ver traduzido todo o livro, que, aliás, merece um estudo mais acurado. No entanto, podemos afirmar *a priori* que a autora buscou fazer uma descrição realista dos animais e da sua interação com o homem, passando de uma África mítica, dos contos e fábulas,³⁶ para uma África real, cujos elementos da natureza precisavam ser dominados pelo homem civilizado.

A publicação seguinte foi impressa em Londres pela British and Foreign Bible Society, ou Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, no ano de 1923, e é intitulada *Alivulu Akuala Olondaka Viwa kuenda Ovilinga Viovapostolo*, uma impressão bilíngue dos livros bíblicos *Os Quatro Evangelhos* e *os Atos dos Apóstolos*, reunidos em um único volume e escritos em língua portuguesa e em umbundo. A Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira foi criada, em 1804, na Inglaterra, sem filiação denominacional e com o objetivo de difundir os textos sagrados, publicando-os em diversas línguas e vendendo-os a baixo custo, o que, consequentemente, visava amplas vendas. No Brasil, as primeiras bíblias foram distribuídas pela Sociedade já no início do século XIX e populari-

³⁴ Mabel W. Stokey, *Viovusenge*, Camundongo: Sarah H. Bates, 1916, p. 6. Acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional. Tradução de Ernesto Canganjo Isidro.

³⁵ Stokey, *Viovusenge*, p. 4.

³⁶ Sobre literatura angolana, ver Susana Dolores Machado Nunes, *A milenar arte da oratura angolana e moçambicana. Aspectos estruturais e receptividade dos alunos portugueses ao conto africano*, Porto: Edições Eletrônicas do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

zadas a partir de 1850, inclusive com a intermediação de Robert Kalley, o fundador do congregacionalismo no Rio de Janeiro e em Pernambuco.³⁷

As formas de impressão das Sagradas Escrituras eram variadas:³⁸ poderia ser publicada a versão integral da Bíblia ou apenas parte dela, com volumes contendo somente o Antigo Testamento ou o Novo Testamento; ou, ainda, apenas o livro dos *Salmos*; ou, como é o caso do segundo livro, volumes que apresentam os *Quatro Evangelhos* e os *Atos dos Apóstolos*.³⁹ Publicar apenas partes da Bíblia era, certamente, uma forma menos dispendiosa de disseminação dos textos sagrados.

O livro sagrado adquirido pela missionária brasileira no ano de 1930 apresenta as leituras essenciais para a formação do cristão. Os *Quatro Evangelhos*, composto pelos livros de Matheus, Marcos, Lucas e João, narram a vida de Jesus Cristo e são o fundamento do cristianismo. Eles rompem com os preceitos do Antigo Testamento e instauram uma nova era, a era cristã. Aí reside sua importância. Quanto aos *Atos dos Apóstolos*,

[...] é o livro eixo do *Novo Testamento*, pois estabelece uma ligação entre os Evangelhos e as Epístolas, e mostra, em forma de esboço, o crescimento da Igreja, que vai de Jerusalém a Roma, a capital do mundo gentílico.⁴⁰

Ou seja, os *Atos* tratam da expansão da Igreja, expansão essa que ultrapassou as fronteiras geográficas, religiosas e culturais do mundo antigo. Sua leitura pode levar à reflexão sobre o papel do cristão no mundo contemporâneo, no sentido de dar continuidade ao trabalho missionário iniciado pelos primeiros cristãos.

O trabalho missionário tende a aplicar a linguagem universal do cristianismo aos mais variados contextos culturais, e é esse o ponto mais complexo da evangelização: a relação entre a universalidade dos

³⁷ Santos, “A ordem social em crise”.

³⁸ Para uma relação de publicações da Bíblia, em diferentes formatos e em diversas línguas, ver <<http://www.d.umn.edu/lib/bible/bibliog/documents/f09.pdf>> e <<http://www.webartigos.com/artigos/traducoes-da-biblia-para-o-portugues/2927/>>, acessados em 25/07/2014.

³⁹ *Alivulu Akuala Olondaka Viva kuenda Ovilinga Vivapostolo. Os Quatro Evangelhos e os Atos dos Apóstolos*, Londres: Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, 1923. Acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional.

⁴⁰ Hermisten Maia Pereira Costa, “A Igreja e sua missão evangelizadora”, *Revista de Teologia da Faculdade FAIFA*, v. 5, n. 3 (2013), p. 2.

ensinamentos cristãos e as particularidades sobre as quais ela incide, de modo a criar estratégias que tornem a ação missionária eficaz. Nesse sentido, a verdade bíblica, que apresenta o argumento de ordem divina e que é, por isso, atemporal e ahistórica, passa a ser adaptada às condições culturais que pretende transformar. Assim, acredita-se ser possível tornar a pregação eficiente, e a fé, contagiante. No caso dos livros bíblicos traduzidos para a língua umbundo, foi possível levar aos grupos tidos como culturalmente atrasados, no caso os ovimbundos, a mensagem redentora e conversionista da civilização ocidental.

A terceira publicação da coleção é o livro *Higiene tropical*, do reverendo William Millman, publicado, em 1926, pela tipografia Sarah H. Bates do Dondi. Esse impresso é também bilíngue, tendo sido traduzido para o português por Eurico de Figueiredo e para o umbundo por Madaleno Chipa. Não obtivemos informações sobre este último, no entanto, Eurico de Figueiredo, foi, ao que parece, um protestante português, que fez conferências na União Cristã da Mocidade de Lisboa e na Sociedade do Esforço Cristão de Lordelo, Porto, além de ter traduzido outras obras que constam no catálogo da Livraria Evangélica.⁴¹

O missionário inglês William Millman (1872-1956), filho de congregacionalistas e integrante da Sociedade Missionária Batista que atuou na África, especialmente em Yakusu, Congo,⁴² traduziu parte do Novo Testamento para o lokele, língua banto, e publicou diversas obras.⁴³ A primeira edição de *Higiene tropical*, escrita em inglês, data de 1922 e foi publicada em Londres por The Sheldon Press and Society for Promoting Christian Knowledge em Londres.⁴⁴ Com o apoio da Sociedade Missionária Batista, o livro foi traduzido, em 1924, para o francês e o bangala, outra língua banto, e, dois anos depois, também para o português e o umbundo em edição impressa pela tipografia do Dondi. É esta última a edição bilíngue de que dispomos.

⁴¹ William Millman, *Higiene tropical. Para uso nas escolas das missões evangélicas*, Dondi: Tipografia Sarah H. Bates, 1926, p. 2. Acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional.

⁴² José Antonio Martín Moreno Afonso, "Protestantismo e educação: história de um projeto pedagógico em Portugal na transição do século XIX" (Tese de Doutorado, Universidade do Minho, 2007).

⁴³ Ver <<http://www.amazon.co.uk/William-Millman/e/B00IPJG4V2>>, acessado em 28/07/2014.

⁴⁴ Ver <http://www.aequatoria.be/04common/038manuels_pdf/33Hygiene.pdf>, acessado em 25/07/2014.

Na folha de rosto da publicação, além do título e dos nomes do autor, dos tradutores e da tipografia, consta impresso o subtítulo “para uso nas escolas das missões evangélicas”, o que serve de recomendação ao leitor. Na obra, o autor explica o funcionamento do corpo humano, aponta as doenças que podem acometê-lo e orienta a forma de preveni-las, estabelecendo uma relação entre higiene, alimentação e saúde. Há, ainda, ilustrações inseridas no corpo do texto.

Em seu início, o texto destaca o papel da microbiologia na detecção de doenças e informando o leitor sobre a necessidade de hábitos de higiene para impedir a transmissão dos “germens” para o sangue.

Em diversos países alguns homens muito inteligentes [...] viram que no sangue de muitos doentes havia uma certa quantidade de pequenos animais ou plantas que viviam às custas das forças do doente e produziam matérias venenosas. Portanto, se quisermos ter corpos saudáveis devemos impedir que estes organismos penetrem no nosso sangue.⁴⁵

E acrescenta:

Mas descobriu-se que eles [os micróbios] morrem quando lhes falta umidade ou quando são expostos à luz brilhante do sol.

Portanto, deve-se deixar que a luz e o ar entrem em abundância nas nossas casas. Todo o terreno à volta de uma casa deve estar sempre muito limpo para que os germens das doenças não encontrem lugar onde esconder-se.⁴⁶

Em seguida, Millman descreve e caracteriza a pele, o aparelho digestivo, os pulmões, coração e sangue, bem como suas respectivas doenças, sempre ressaltando a ação dos “germens” e as práticas de higiene que podem evitá-los: lavagem das mãos, descarte de dejetos humanos, consumo de água limpa, boa conservação dos alimentos, proteção contra os insetos, asseio do ambiente e dos objetos manuseados. Nas suas palavras, [...] devemos aprender a conservar os nossos corpos aptos para lutar e vencer na grande luta contra as doenças, o que se consegue com limpeza, trabalho, descanso e boa alimentação.⁴⁷

O autor trata, ainda, do cérebro e do sistema nervoso, dos ossos e de diversos tipos de acidente, como fraturas, hemorragia, queimadu-

⁴⁵ Ver <<http://www.mundus.ac.uk/cats/4/945.htm>>, acessado em 28/07/2014.

⁴⁶ Millman, *Higiene tropical*, p. 4.

⁴⁷ Millman, *Higiene tropical*, p. 24.

ra, mordedura de animais, envenenamento e afogamento, orientando, inclusive, a forma de socorro nesses casos. É interessante notar-se que, ao abordar o sistema nervoso, preocupa-se em relacionar as condições psicológicas com a ação dos “germens”, destacando o papel da educação como condicionante dos bons costumes.

Um cuidadoso e bem orientado exercício pode educar o sistema nervoso de molde a torná-lo senhor de todo o organismo [...]. Não se deve permitir que o cérebro se torne preguiçoso [...] Nada de exercitar o cérebro a pensar em ações desonestas, porque é muito difícil corrigir-se um mau hábito que se haja apossado do sistema nervoso.

Quando se está excitado ou zangado, receoso ou perturbado, não se pode ser feliz, e os nervos não se podem trabalhar sossegadamente. Então todo o corpo se desorganiza e enfraquece, tornando-se incapaz de lutar contra os gérmenes das doenças.⁴⁸

Millman ressalta, ainda, a importância da saúde bucal, bem como a necessidade de se combaterem os insetos transmissores de doenças, como o mosquito que transmite a malária, por exemplo. E, já na parte final do livro, mostra, mais uma vez, ao leitor a importância do consumo de alimentos saudáveis, como leite, legumes, verduras, grãos, etc., para combater as doenças e, até mesmo, para reduzir a mortalidade, principalmente a infantil. Segundo sugestão sua, “os indígenas deviam plantar mais milho, favas, laranjeiras, mangueiras. Deviam todos ter galinhas para adquirir ovos com que se alimentariam quando não pudessem arranjar carne fresca”.⁴⁹

Ademais, indo de encontro às crenças dos nativos, ele deixa claro sobre as doenças que “não são os feitiços nem os espíritos que as causam.”⁵⁰

Os estudantes das escolas missionárias recebiam, portanto, de seus professores instruções para uma vida saudável. Nesse sentido, eram os estudos da microbiologia e o discurso higienista que fundamentavam os argumentos a favor de uma educação que zelasse pela saúde e pelo bem-estar, aspectos inerentes ao mundo *civilizado*, que tem por dever expandi-lo aos humanos “atrasados” dos trópicos. O conhecimento

⁴⁸ Millman, *Higiene tropical*, p. 28.

⁴⁹ Millman, *Higiene tropical*, p. 66.

⁵⁰ Millman, *Higiene tropical*, p. 68.

científico era, ali, empregado para normatizar os costumes, veiculado na forma de impresso de divulgação científica e integrado à prática pedagógica das missões.

Para Paulo Valverde, um corpo disciplinado, com suas manifestações emocionais reguladas e com os incidentes da biologia sob controle, era signo de civilidade do homem europeu. Já o corpo africano aparece, nas narrativas missionárias, como

[...] um corpo do mal ou, na melhor das hipóteses, como um corpo primitivo ligado a uma mente infantil. [...] Daqui decorre a suspeita sobre a qualidade humana dos africanos e a discussão polêmica sobre os seus atributos selvagens.⁵¹

Era dever do trabalho missionário, portanto, instaurar a disciplina nos hábitos corporais cotidianos. Acrescenta Valverde que

[...] a educação e a medicina, tão importantes na penetração missionária em África, para além da generosidade que poderia mover os missionários, têm uma fundamentação conceptual singular: é através da cura (metafórica e pragmática) dos corpos individuais que é possível a cura — na interpretação cristã — do mundo paganizado.⁵²

Desse modo, os livros doados ao Museu Nacional por Celenia Pires Ferreira e, possivelmente, por ela usados como recurso didático, difundiam as bases ideológicas do colonialismo: o discurso religioso e o discurso científico. Obviamente, não podemos afirmar que a leitura feita pelos receptores das obras, no caso os estudantes ovimbundos do planalto central de Angola, foi a desejada por seus produtores. As ressignificações são inerentes às práticas de leitura e evidenciam a liberdade dos leitores ao se apropriarem de um texto. Segundo Roger Chartier, o livro instaura uma ordem, a ordem desejada por seu produtor referente ao modo como pretende que o livro seja compreendido pelo leitor. Essa ordem é estável, perceptível no “espaço legível” da obra, isto é, nas suas formas discursiva e material, entretanto, ela não anula a liberdade dos leitores em ressignificá

⁵¹ Paulo Valverde, “O corpo e a busca de lugares da perfeição: escritas missionárias da África colonial portuguesa, 1930-1960”, *Etnográfica*, v. 1, n. 1 (1997), p. 81.

⁵² Valverde, “O corpo e a busca de lugares da perfeição”, p. 90.

-la.⁵³ No nosso caso, fogem do escopo da análise as apropriações e formas de leitura nas missões protestantes. Interessa-nos a ordem dos livros e, a partir dela, as intenções de quem os escreveu e colecionou.

Os três livros aqui apresentados estão escritos em umbundo, dos quais dois têm a tradução para a língua portuguesa. Sabemos que o Estado português impôs uma política linguística de substituição progressiva das línguas nativas pela língua portuguesa a partir da década de 1930. Contudo, como o uso dessas línguas era autorizado apenas para a catequese, os impressos missionários acabaram por contribuir, contraditoriamente, para a sua difusão em vez do seu apagamento. Segundo Cristine Gorski Severo, “um dos traços principais da evangelização protestante foi, pela via educacional, a promoção das línguas locais, especialmente pela instauração do código escrito para algumas delas”.⁵⁴

E justamente por promoverem, de certa forma, a cultura local é que os missionários protestantes foram alvo da desconfiança do governo de Portugal. Enquanto as missões católicas atuavam diretamente junto ao Estado colonial, com a hierarquia e a unicidade que lhes eram próprias, as missões protestantes desfrutavam de maior autonomia, sem poder centralizado e compartilhando diferentes tradições religiosas oriundas de diversos países. Essa característica criou condições favoráveis para que os protestantes baseassem “sua pregação numa maior atenção às culturas e línguas locais ou, para ser mais exato, regionais, o que, por sua vez, acarretava o reforço da perspectiva étnica dessa abordagem”.⁵⁵

A própria estrutura das missões protestantes, segundo Péclard com base nas afirmações do pastor missionário Lawrence Henderson, a transformou numa “religião tribal” graças à presença de três elementos no projeto missionário: atuação em territórios respeitando a divisão étnica, uso da língua local — que também delimita o espaço de evangelização — e adoção das estruturas da sociedade tradicional.⁵⁶ Seguramente,

⁵³ Roger Chartier, *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Brasília: UnB, 1994.

⁵⁴ Cristine Gorski Severo, “Línguas e discursos: heterogeneidade linguístico-discursiva e poder em Angola”, *Veredas*, n. 15 (2011), p. 24.

⁵⁵ Marcelo Bittencourt, “‘Estamos juntos’. O MPLA e a luta anticolonial. 1961-1974” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2002), p. 145.

⁵⁶ Péclard, “Religion and Politics in Angola”, p. 173.

esses fatores em conjunto favoreceram a formação de uma identidade, no caso, ovimbundo. Para o historiador Marcelo Bittencourt, a educação oferecida por essas missões era

[...] um importante trunfo para que se obtivesse, pelo menos, a perspectiva de se conseguir alguma oportunidade no sistema colonial. É a partir de muitas dessas missões que se consolidarão algumas elites locais — crioulas ou não — que futuramente irão fornecer quadros impulsionadores dos movimentos de libertação.⁵⁷

Em consonância com Bittencourt, afirma Maria da Conceição Neto que as missões constituíram

[...] focos de irradiação de novas práticas culturais no mundo rural e periurbano, assim como centros de formação escolar e profissional, com consequências na mobilidade social e na produção de novas identidades sociais, permitindo a emergência de elites diferentes das tradicionais nas sociedades africanas subjugadas.⁵⁸

Apesar de respeitarem em parte as práticas culturais dos africanos, não podemos considerar a ação dos missionários protestantes como anticolonial. Ao contrário, o colonialismo caracterizou o trabalho das missões, que objetivavam introduzir, nas sociedades tradicionais, as práticas cristãs da civilização ocidental, visando à sua “conversão”. Respaldados na ciência e na religião, ainda que desvinculados do Estado português, os missionários congregacionais buscaram associar o universalismo cristão às particularidades da cultura ovimbundo, reinventando-a e expandindo-a.

No nosso caso, Celenia Pires Ferreira foi uma agente brasileira a serviço de um projeto civilizatório ligado a uma rede internacional de missões, fomentada, principalmente, por norte-americanos e europeus. Tendo trabalhado em Angola ensinando a língua portuguesa, a professora e missionária certamente acreditava contribuir para a modernidade e para a cristianização dos ovimbundos, utilizando, possivelmente, como

⁵⁷ Marcelo Bittencourt. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação luandense*. Lisboa: Vega, 1999, p. 73.

⁵⁸ Maria da Conceição Neto, “Grandes projetos e tristes realidades: aspectos da colonização do planalto angolano c. 1900-c. 1930”, in *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885- c. 1930)*, *Actas da III Reunião Internacional de História de África* (Lisboa, IICT- CEHCA, 2000), pp. 513-25.

recurso pedagógico seus livros aqui analisados, que trazem na folha de rosto a grafia manuscrita de seu próprio nome: Celenia Pires.

Além do trabalho missionário, ela também se destaca por sua escrita etnográfica, que não nos é apresentada na forma de diários de campo, mas pelos objetos reunidos em coleção, cuja especificidade no tempo e no espaço nos autoriza a inquirir sobre a trajetória da personagem e sobre a coletividade a que pertenceu. O ato de doar os objetos para o Museu Nacional nos mostra a perspectiva colonialista da missionária e, quiçá, evidencie a sua preocupação em preservar a cultura material de um povo que, em consequência da evolução dos hábitos advinda do contato com os *civilizadores*, poderia, no futuro, vir a extinguir-se.

Recebido em 09/10/2014 e aprovado em 28/05/2016.

Resumo

Este trabalho apresenta a personagem Celenia Pires Ferreira e, a partir da sua trajetória, analisa a atuação de missionários protestantes em Angola e a sua colaboração com o colonialismo português. Professora em Campina Grande, Paraíba, e missionária da Igreja Congregacional, Celenia Pires foi para Angola em 1929, onde permaneceu por seis anos. Em 1936, doou ao Museu Nacional do Rio de Janeiro uma coleção de objetos etnográficos adquiridos entre os ovimbundos, grupo com o qual conviveu enquanto esteve em missão. Dentre os objetos doados, há algumas publicações que circularam nas escolas missionárias do planalto central de Angola, nas décadas de 1920 e 1930, que contribuíram para a difusão das bases ideológicas do colonialismo e que são o foco desta análise.

Palavras-chave: colonialismo - Angola - missão protestante - coleção - impressos.

Abstract

This article introduces Celenia Pires Ferreira, and from her trajectory examines the actions of protestant missionaries in Angola and their collaboration with Portuguese colonialism. A teacher in Campina Grande, Paraíba, and a missionary of the Congregational Church, Celenia Pires went to Angola in 1929, where he remained for six years. In 1936, she donated to the Museu Nacional do Rio de Janeiro a collection of ethnographic objects acquired among the Ovimbundu, the group with whom she lived while on her mission. Among the objects donated, there were publications that circulated in missionary schools in the central highlands of Angola in the 1920s and 1930s, which contributed to the spread of the ideological basis of colonialism and are the focus of this analysis.

Keywords: colonialism - Angola - Protestant mission - collection - printed.